



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

SABERES E PRÁTICAS TRADICIONAIS DA ETNIA BIJAGÓS E SUAS RELAÇÕES COM A ORGANIZAÇÃO, A GESTÃO E A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NA GUINÉ- BISSAU

Augusto Cardoso

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Escola de Administração

www.cardoso_jude@yahoo.com.br

Resumo

O estudo analisa a relação existente entre a sociodiversidade e a biodiversidade no âmbito dos saberes e práticas tradicionais dos espaços e dos recursos que estão associados à cultura Bijagós no atual contexto de globalização, abordando-se o modo como o estado guineense tem formulado, criado e implementado os instrumentos legais de gestão do saber tradicional e conservação da biodiversidade no Arquipélago dos Bijagós. Considera-se que esse instrumento legal dá-se pela relação entre sociedade e natureza na comunidade Bijagós e caracteriza-se pela apropriação coletiva da natureza e pelo respeito aos seus ciclos e ritmos, sendo que, para a Etnia Bijagós, a natureza é sagrada, religiosa, mística e a produção do valor de uso se sobrepõe ao valor de troca. A abordagem teórica baseia-se no quadro da Ecologia Cultural, especialmente na sua vertente cultural, estudo das relações entre culturas e ambiente do homem Bijagó.

Palavra chave: saber tradicional; Conservação; Gestão e Biodiversidade

INTRODUÇÃO

O artigo tem como finalidade analisar a relação entre a sociodiversidade e biodiversidade no âmbito dos saberes e práticas tradicionais dos espaços e dos recursos que estão associados à cultura Bijagós no atual contexto de globalização. Desta forma, procura-se caracterizar a maneira como os guineenses se estabeleceram como povo e os primeiros contatos interétnicos entre os nativos da Guiné-Bissau e os portugueses “invasores” que desembarcaram na costa ocidental da África, com finalidade de conquistar novas terras para a coroa portuguesa. Por consequência da conquista, “invasão”, choque ou encontro e desencontro de civilizações na África, nasceram duas subjetividades: uma nativa e outra estrangeira, a européia. Entre o fascínio e o horror,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

passaram a dividir o continente africano e, dessa divisão, nasceu o espaço que hoje chamamos de República da Guiné-Bissau. Guiné Portuguesa era o nome da atual Guiné-Bissau, colônia portuguesa desde 1446 até a data da independência, 10 de Setembro de 1974. Ao mesmo tempo, assume a perspectiva de que foi com a chegada da sociedade europeia que se criou um conflito por conta do choque de visões de mundo diferentes, ameaçando, assim, a sobrevivência dos saberes e das práticas tradicionais no continente africano; no caso específico, da etnia Bijagós. Sendo assim, cabe hoje ao Estado da República da Guiné-Bissau prover o amparo legal e político-institucional necessários para garantir as condições de sobrevivência das populações tradicionais guineenses, a posse dos seus territórios e de suas terras, e também a manutenção de seus estilos de vida tradicionais.

A Guiné-Bissau (GB) é tida como uma das nações da costa ocidental africana que contribuem substancialmente para a conservação da biodiversidade local, regional e mundial, por acolher, a cada ano, milhões de animais migratórios de diferentes partes do continente e do mundo. Não somente por isso, mas também por se encontrarem lá animais que só vivem naquela área, o que lhe dá uma posição ímpar no contexto dos países tidos como de mega-biodiversidade, graças à manutenção do estilo de vida de suas populações tradicionais guineenses. Por essas e outras razões, deve haver um diálogo entre esses dois saberes. O país também oferece condições ideais e seguras para a produção e reprodução de peixes e crustáceos, por conta de suas florestas de mangrove¹, que faz um isolamento natural, impedindo, assim, a extensão do deserto do Saara para o sul, mediante savanas arboradas e florestas secas e subúmidas, que assim se constituem em barreiras naturais à desertificação.

O solo é caracteristicamente plano e pantanoso, não se evidenciando elevações de destaque, já que o ponto mais alto do país é de 300 metros de altitude, predominando os planaltos, as planícies e uma extensa zona costeira com cerca de 350 km. Os principais acidentes de relevo resultam da densa rede fluvial que origina a existência de alternância nos traços caracterizadores da paisagem que, em função das regiões, varia

¹ Mangrove é o equivalente a região de manguezal, é o conjunto de florestas de mangues da costa da Guiné Bissau.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

entre savana arbustiva, savana florestal, floresta, mangais, tarrafe, lalas², bolanhas³, estuários e praias (IBAP 2007). O solo guineense, historicamente, tem sido utilizado pelas comunidades tradicionais locais para fins produtivos agrícolas e outras atividades afins. É diferentemente trabalhado pelas populações em função das características geográficas e do grupo étnico predominante da área, marcando a paisagem por zonas de transição que lhe conferem a imagem de um mosaico dos grupos étnicos típicos e únicos da costa ocidental africana. No que diz respeito ao meio florestal guineense, frequentemente é possível encontrar bolanhas e lalas que dominam uma parte da paisagem nas proximidades de zonas de mangal, mangrove ou tarrafes; palmares constituídos por palmeiras de dimensões variáveis e cibes⁴, associados a florestas de galeria; florestas subúmidas, caracterizadas por vegetação densa e diversificadas em espécies e em dimensões, sendo de difícil penetração, complementadas pelas florestas de transição; florestas secundárias e degradadas que resultam de processos de desflorestação e queimada; savanas arbustivas e herbáceas, dentre outros. O país é dotado de espaços naturais de áreas protegidas com importância reconhecida e oficializada de acordo com os critérios de nível nacional e internacional, como por exemplo, o Parque Natural de Mangrove do Rio Cacheu; o Parque Natural das Lagoas de Cufada; o Parque Nacional de Orango; o Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão; a Reserva da Biosfera do Arquipélago dos Bijagós; e finalmente, o Parque Nacional Marinho das Ilhas Formosa e outras áreas naturais que ainda aguardam oficialização.

Dessa maneira, as áreas naturais que caracterizam o país são dotadas de uma importantíssima biodiversidade de flora e de fauna, em meio florestal, de mangrove, de savana, costeiro e marinho, sendo algumas das espécies endêmicas⁵ e encontrando-se outras em situação de risco e ameaçadas de extinção, o que representa uma situação alarmante no que diz respeito à conservação da biodiversidade. São exemplos de

² As Lalas são áreas inundadas que representam zonas de transição entre o mar e as áreas florestais.

³ As bolanhas são terras baixas de mangal ou tarrafe que consistem em formações vegetais à beira mar ou rio de produção de arrozais alagados (Ministério do Desenvolvimento Rural/PNUD, 1997).

⁴ Cibe é uma variedade de palmeira africana.

⁵ Fenômeno que consiste na ocorrência de espécies ou subespécies, animais ou vegetais numa área restrita e relativamente isolada (ilhas, montanhas entre outras).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

espécies em risco: o manatin, hipopótamo, tartaruga marinha, elefante, búfalo, gazela pintada, onça, leopardo e leão entre outros felinos e o chimpanzé e outras espécies de símios; o crocodilo ou lagarto preto; algumas espécies de aves; o pangolim de cauda longa entre outros. Conforme a organização administrativa do país, no norte, região de Cacheu, predominam as etnias Manjaco e Mancanha; no litoral centro, região de Biombo, está referenciada a etnia Papel; no centro norte, região de Oio, a principal etnia é Balanta; as regiões de Bafatá e de Gabu são predominantemente ocupadas pelos Fulas e Mandigas; na região centro sul, em Quinara, a presença mais comum é dos Beafada; no sul, em Tombali, tradicionalmente são identificados os Nalu; e na região de Bolama-Bijagós, os da etnia do mesmo nome Bijagós, que habitam todo o arquipélago. Por fim, no Sector Autônomo de Bissau, encontra-se uma multiplicidade de origens étnicas diferentes, mas o território antigamente pertencia ao grupo étnico Papel. Todavia, todos esses grupos étnicos continuam exercendo a cultura tradicional de culto aos seus ancestrais, o que reflete na produção de bens e materiais de serviço, que culmina numa forte pressão sobre o meio ambiente, sobretudo florestal e costeiro, incluindo áreas protegidas. Todas essas ações de âmbito produtivo são direcionadas para a subsistência, na base de venda e troca de excedentes. Tudo isso acontece graças à conservação da comunidade tradicional guineense, em especial da etnia Bijagós, que é objeto deste estudo, pois a Guiné-Bissau, além de ter uma riquíssima diversidade biológica, também possui uma expressiva diversidade étnica e cultural.

Quadro de referencial teórico e metodológica

No quadro teórico deste estudo, é exposta uma situação efetivamente de grande preocupação diante do contexto neoliberal de políticas, culturas e, conseqüentemente, de uma articulação epistemológica, na qual se insere a questão dos saberes e práticas tradicionais Bijagós. Porém, para estudar as dinâmicas dos saberes e as práticas tradicionais da etnia Bijagó e suas relações com a organização, gestão e conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau, este artigo parte da abordagem teórica da ecologia cultural, tendo como premissa o entendimento do método científico. Que segundo Diegues (2009), as culturas e suas práticas tradicionais de convivência e manejo sustentável da natureza vêm sendo reconhecidas não só por seu valor econômico na bioprospeção de novas intervenções tecnológicas nos organismos biológicos, como



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

também na sustentabilidade ecológica do planeta. No entanto, reside na interação homem e natureza um dos pontos que diferenciam as várias correntes da antropologia no que diz respeito à cultura. As raízes teóricas da ecologia cultural, embora tenha se constituído como abordagem sistemática apenas em meados dos séculos XX, representa a fusão de duas linhas de pensamento antropológico: o evolucionismo e o historicismo cultural, acrescidas de influências do determinismo geográfico, inspirado na antropogeografia de Ratzel. Apesar da interpretação dada por Boas, às relações entre as culturas e o seu meio ambiente natural, longe de ser satisfatório, continua preocupando alguns dos seus discípulos, em especial Kroeber, que retorna o problema por meio da análise das relações entre “áreas naturais” e “áreas culturais”. Nessa mesma época, o antropólogo Julian Steward (1955) rompeu com duas correntes de pensamento (determinismo geográfico e possibilismo histórico), criando a Ecologia Cultural, que tem por objetivo o estudo das inter-relações entre os fatores culturais e ambientais. Ainda na voz do referido autor, alguns aspectos da cultura, como as atividades de subsistência, apresentam uma relação mais forte com o ambiente, constituindo o núcleo central da cultura. Assim, ao analisar as dimensões culturais das adaptações ecológicas de grupos indígenas, Steward (1955) codifica essa linha de pesquisa no campo da Ecologia Cultural, que significa o estudo das relações entre culturas e ambiente do homem.

A Ecologia Cultural produziu várias ramificações dentro da Antropologia, das quais se destacam a Etnoecologia (Conklin, 1954), a Ecologia Neofuncionalista (Rappaport, 1968), a Ecologia Humana (Moran, 1990), a Ecologia Processual (Bennett, 1993), a Ecologia Espiritual (Kinsley, 1995). Essas variabilidades de ramificações do paradigma ecológico atestam uma constante ampliação de seu escopo de estudo, ao mesmo tempo em que representam respostas da ciência ecológica para as novas realidades ambientais e políticas que as sociedades confrontam no cotidiano. Duas das mais importantes forças contemporâneas são a vertiginosa aceleração, no último meio século, do processo de globalização e a crescente gravidade da crise ambiental no plano local e mundial.

O Saber Bijagós e Gestão da Biodiversidade



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Atualmente, as ciências ecológicas trabalham com conhecimentos diversificados, que vão desde aqueles da ecologia ambiental, que lida com as relações dos seres vivos com o ambiente nos ecossistemas, até aqueles que são estudados nos outros numerosos campos das ciências: as ciências humanas e sociais, as ciências exatas, as engenharias, dentre outras. Quanto à crise ambiental, além dos problemas propriamente globais, como o aquecimento da atmosfera, o crescimento do buraco na camada de ozônio e as mudanças nas correntes oceânicas, no plano regional existem recorrentes crises ambientais manifestas pela desertificação, inundações, esgotamento de recursos naturais, contaminação do ar, água e solo, modificações climáticas e perda de biodiversidade. Neste contexto, a diversidade biológica, no entanto, não é simplesmente um conceito pertencente somente ao mundo natural, mas é também uma construção cultural e social dos povos tradicionais. Segundo União Internacional para a Conservação da Natureza UICN (2002), as espécies para Bijagós, são objetos de conhecimentos, práticas tradicionais, domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais e, finalmente, mercadoria nas sociedades modernas.

Segundo Viertler (1988), o estudo de redes de relações que existe entre as comunidades tradicionais e o meio ambiente é a característica central da Ecologia Cultural, e seus temas tratam do modo de produção, estrutura social, Agricultura, Saúde, Demografia, conflitos ambientais, dentre outros, e os seus efeitos distributivos. A Ecologia Cultural é apresentada como uma totalização de questões centrais das ciências, em equidade da sua complexidade cultural, política e biológica, também por desenvolver uma base comum em que várias disciplinas convergem para se discutir à valoração da biodiversidade. Essa corrente tem cultivado um diálogo sucessivo com diversas outras correntes e campos teóricos e metodológicos.

A escolha desse foco é devido à natureza eminentemente interdisciplinar. A Ecologia Cultural constitui hoje um referencial seguro para movimentos e conflitos sociais, ou territoriais e processos de transformação, estabilização ou extinção cultural. Também seria uma maneira de usar a pesquisa para registrar a importância que os saberes e práticas tradicionais da etnia Bijagós tem na conservação da biodiversidade. Uma das críticas que se faz à Ecologia Cultural diz respeito à carência de elementos simbólicos, míticos e rituais no núcleo cultural. Outras críticas consistem na busca de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

regularidades interculturais, focalizando as culturas no que elas têm de comum para construir uma ciência do homem.

A abordagem da Ecologia Cultural, desenvolvida neste trabalho, compreende que a questão principal é de analisar a relação entre a sociodiversidade e biodiversidade no âmbito dos saberes e práticas tradicionais dos espaços e dos recursos, que estão associados à sociodiversidade Bijagós no atual contexto de globalização. Implica a existência simultânea de grupos humanos com a posse de recursos sociais próprios, neste caso, os Bijagós. Isso significa também, padrões próprios de organização social, com modelos diferentes do convencional, de acesso à terra, de padrão habitacional, de hierarquias de valores ou prestígio. Desse modo, os conhecimentos são socialmente construídos e que, por sua vez, essas construções contemplam os instrumentos legais para uma legitimação do conhecimento científico. Por outro lado, o saber tradicional é repreendido como um conhecimento de pouco valor ou de valor nenhum, o que resulta no desprezo dos seus mecanismos de gestão. Ainda tratando-se do desafio imposto pela ciência ocidental de hierarquização de saberes, Lopes (1983) anuncia que é possível imaginar outro conhecimento que funcione como princípio de solidariedade. Assim, esta crítica nos permite abordar a ciência moderna, outrora vista como única solução de todos os problemas das sociedades modernas, mas que, ao longo do tempo, acabou por se tornar também parte do problema.

Partido dessa relação conflituosa entre saberes e seus modos de apropriação, Santos (2006) afirma a urgência de uma sociologia das emergências, que, segundo ele, é a incorporação de saberes, a inclusão de experiências humanas que, mesmo pequenas, funcionam como embriões de alternativas, não só dos povos tradicionais, como também não-tradicionais. Acredita-se que apenas com esse pleito podemos superar os entraves e proporcionar os saberes e práticas tradicionais sustentáveis para gestão e conservação da biodiversidade. Conforme Barros. O conhecimento tradicional é parte do patrimônio cultural de vários povos, o que deve ser protegido e valorizado, criando-se, também, mecanismos que garantam a sua manifestação segundo os padrões que cada cultura o concebe (BARROS, 1882, p 107-131). Para o autor, o saber tradicional, sendo patrimônio cultural de vários povos, não deve ser encarado como um obstáculo a outros saberes, principalmente científicos, e às novas técnicas de produção e demais medidas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

de modernização. É preciso, ao contrário, ver nele uma base indispensável para a conservação da biodiversidade e do desenvolvimento harmonioso dos grupos populacionais. Também há de se ressaltar que os sistemas produtivos tradicionais, além de armazenarem importantes conhecimentos e técnicas para a exploração dos recursos de uma dada região ou local, são também a base sócio-cultural dos vários grupos rurais, por manterem a tradição oral não só como meio de comunicação de uma geração a outra, mas como um bem.

Segundo Ki-Zerbo (1982), uma sociedade oral ou tradicional, reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderia chamar elocução-chave, isto é, a tradição oral. Ainda na voz de Ki-Zerbo (2006), a tradição pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra. Quase em toda parte, a palavra tem um poder misterioso, pois palavras criam coisas. Isso, pelo menos, é o que prevalece na maioria das civilizações africanas. Os Bijagós, sem dúvida, expressaram esse nominalismo da forma mais evidente. Nos rituais (religiosos, iniciação), constatamos, em toda parte, que o nome é a coisa, e que "dizer" e "fazer". Para os Bijagós, a oralidade é uma atitude diante da realidade e não a ausência de uma habilidade. Na Filosofia do saber Bijagós, a vida avança passo a passo e cada um aprende com os outros e consigo mesmo a adaptar-se ao meio natural em que vive e a relacionar-se dentro e fora da comunidade onde vive. Qualquer pessoa tem as mesmas oportunidades de obter riqueza e posição. Cada um é livre para se comprometer ou não com as responsabilidades do cotidiano.

As tradições requerem um retorno contínuo à fonte. Para os Bijagós, é ingenuidade ler/ouvir um texto oral uma ou duas vezes e supor que já o compreendemos. Ele deve ser escutado, decorado, digerido internamente, mastigado e degustado como um poema, e cuidadosamente examinado para que se possam apreender seus muitos significados - ao menos no caso de se tratar de uma elocução importante. O estudioso da tradição deve, portanto, aprender a trabalhar mais lentamente, refletir, para embrenhar-se numa representação coletiva, já que o corpus da tradição é a memória coletiva de uma sociedade que se explica a si mesma.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

No contexto social da tradição, tudo que uma sociedade considera importante para o perfeito funcionamento de suas instituições, para uma correta compreensão dos vários status sociais e seus respectivos papéis, para os direitos e obrigações de cada um, tudo é cuidadosamente transmitido. Numa sociedade oral (caso Bijagós), isso é feito pela tradição, enquanto numa sociedade que adota a escrita, somente as memórias menos importantes são deixadas à tradição. Foi esse fato que levou, durante muito tempo, os historiadores ou pesquisadores, que vinham de sociedades letradas, a acreditar erroneamente que as tradições eram um tipo de conto de fadas, canção de ninar ou brincadeira de criança. Toda instituição social, e também todo grupo social, tem uma identidade própria que traz consigo um passado inscrito nas representações coletivas de uma tradição que o explica e o justifica.

Áreas protegidas conservação da Guiné-Bissau

O conceito da criação das áreas protegidas e de conservação na Guiné- Bissau está baseado na filosofia das *áreas de conservação de população para a população*. Isso quer dizer, que as áreas de conservação guineenses estão fora dos conceitos e da filosofia dos parques do Norte ou dos países desenvolvidos; ou seja, as comunidades locais ou residentes que vivem nessas áreas, em hipótese alguma, podem ser retiradas dos seus territórios, já que dependem exclusivamente da exploração dos recursos naturais dessas áreas, a qual vem sendo conservado através dos saberes e práticas tradicionais dessas comunidades ao longo de várias gerações. O Arquipélago de Bolama-Bijagós, em 1996, foi declarado como Reserva da Biosfera pela UNESCO (Organização Educacional Científica e Cultural das Nações Unidas) - A reserva inclui toda a área a oeste de Bolama e todas as ilhas dos Bijagós, e as vastas áreas entre marés e entre os setores de mar aberto. A Reserva engloba dois Parques Nacionais: o Parque Nacional das Ilhas de Orango, formado pelas ilhas de Canogo, Imbone, Meneque e Orangozinho, que foi instituído em 1997; e o Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão, instituído em 2000.

As atividades nas áreas protegidas na Guiné-Bissau, no intuito de promover a defesa do meio ambiente, concentram-se na resolução de problemas imediatos da população local. Independentemente de sensibilizar as comunidades a preservar o



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ambiente e os seus recursos, as áreas protegidas têm capitalizado as práticas e o conceito tradicional da utilização sustentada dos recursos naturais, reconciliando as iniciativas de desenvolvimento com a valorização das potencialidades locais, humanas, econômicas e culturais. A gestão dos parques Bijagós é liderada por Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegida (IBAP) um órgão Governamental e pela União Internacional para a conservação da Natureza (UICN) em parceria com entidades não-governamentais, com aval de populações tradicionais guineenses locais.

No caso específico do Parque Nacional de Orango, existe um plano de gestão específico em que estão incluídas recomendações de ações e obrigações para uma gestão sustentável dos recursos naturais do Parque (CATRY, 2001). Nesse sentido, foram desenvolvidas diversas atividades relativas à Reserva da Biosfera, nomeadamente o zoneamento do arquipélago e a definição de áreas protegidas, documentação sobre a diversidade cultural, apoio a infra-estruturas das comunidades locais, educação e sensibilização pública, investigação, e integração da reserva nas iniciativas sub-regionais de planeamento (UICN, 1993). As iniciativas locais de desenvolvimento nas áreas protegidas assinalam, sobretudo, a melhoria das condições de vida das populações na base e, ao mesmo tempo, criam um ambiente próprio e condições favoráveis para a valorização da biodiversidade e desenvolvimento sustentável. No Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão não existem populações e nem povoações permanentes, embora aconteçam de vinte em vinte anos, algumas atividades agrícolas que são utilizadas nos rituais tradicionais e religiosos, como o fanado (circuncisão). Existem, nesse parque, seis sítios sagrados, os quais só podem ser visitados pelos iniciados (BOUJU et al. 2001).

No tocante às ilhas habitadas, as principais atividades econômicas são agricultura e pesca. A atividade agrária é constituída, na sua maior parte, por mosaicos de culturas de arroz, de amendoim, feijão, inhame, mandioca, batata doce, entre outras plantações. A vegetação nativa é composta de florestas e savanas, ladeadas de manguezais e bancos de areia. A coleta de crustáceos e de bivalves durante a maré baixa assume também grande importância, sendo geralmente feita por mulheres e jovens.

Populações tradicionais e conhecimento tradicional conceito



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Para melhor entendimento deste trabalho, antes de definir o que é saber tradicional, conhecimento tradicional, populações tradicionais, sociedades tradicionais, culturas tradicionais, comunidades tradicionais, é de extrema importância lembrar que, historicamente, as ciências sociais vêm estudando as coletividades ou vêm estudando modos de classificar as coletividades humanas, seguindo as mais diversas descrições teóricas. No caso das chamadas sociedades tradicionais guineenses (etnia Bijagós), não é diferente. Apesar do esforço de diversos autores, tanto nacionais quanto internacionais, existe certa dificuldade ainda em encontrar definições sobre a etnia Bijagós livres de ambiguidades teóricas.

Conforme, Kabengele Munanga (1986), no século XIX, aconteceram grandes sínteses intelectuais, confirmadas pelas obras de Karl Marx (Economia Política), de Darwin (Biologia) e de Arthur Gobineau (Teoria Racial) e duas correntes de pensamento influenciaram a atitude perante povos não-europeus: a evolucionista e a racista. A primeira explicava as diferentes culturas baseando-se no predomínio exercido pelo meio ambiente, já a segunda, pensava o destino dos homens determinando a raça à qual pertenciam. Isso explica por que as sociedades ditas tradicionais ou não-ocidentais sempre foram vistas pelos “teóricos” e “estudiosos” das coletividades como sendo povos inferiores em saberes em relação aos demais povos. O adjetivo “tradicional” atribuído a esses conhecimentos é dado, fundamentalmente, pelo sistema de transmissão oral, entre coletividades e gerações. Para Lima (1947), os povos tradicionais Bijagós, têm uma ligação intensa com ilhas ancestrais; auto-identificação e identificação pelos outros como grupos culturais diferentes; língua própria, presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais; e também sistema de produção voltado para a subsistência.

Conforme Diegues (2001), no Brasil há certo consenso sobre o uso do termo “população tradicional” significando “etnia”, ou seja, povos que guardam uma continuidade histórica e cultural desde antes da conquista européia. Desse modo, para esse autor, haveria uma distinção nítida, entre os povos tradicionais e os não tradicionais, fundamentada no reconhecimento de uma comunidade, principalmente no conceito da etnia, através da sua especificidade sócio-cultural, histórica e identitária face à sociedade envolvente. Na visão marxiana, as culturas tradicionais estão



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

associadas aos modos de produção pré-capitalistas que, de modo geral, seriam elementos das ditas sociedades igualitárias, escravagistas, despóticas e feudais. Para Marx, a noção da sociedade tradicional está associada à não existência do estado e da propriedade privada. Já com o capitalismo, o atelier industrial gera uma nova dinâmica de organização social que reflete uma subordinação dos ciclos naturais e da capacidade de trabalho à reprodução e acumulação do capital (KIPP, 1994). Nesse sentido, pode-se constatar que a distinção essencial entre sociedade capitalista e sociedades tradicionais é que nessas últimas a capacidade de trabalho ainda não se transformou em mercadoria, apesar de que, em certos casos, já exista alguma dependência dessas sociedades em relação ao mercado capitalista.

A mercantilização da força de trabalho e a existência de propriedade privada e do Estado são uns, dentre outros elementos, que caracterizam a sociedade capitalista. Em outras abordagens teóricas, o estado das sociedades tradicionais é compreendido, seja como sociedades “camponesas”, tratadas como elemento formador de “sociedades parciais”, seja a partir da relação dessas sociedades com o meio que as envolve, distinguindo os chamados “povos dos ecossistemas” dos “povos da biosfera” (CAVALCANTI, 2003). De acordo com mesmo autor, partindo do critério da relação com a natureza, distinguimos dois tipos de sociedades: os povos dos ecossistemas (ecosystem people) seriam aqueles que se estabelecem em simbiose com os ecossistemas, e conseguem viver, por longo tempo, mediante o uso sustentado dos recursos naturais de um ecossistema ou de ecossistemas contíguos; já os povos da biosfera seriam as sociedades ligadas a uma economia global de alto consumo e de transformação da natureza, causadores de grandes impactos e desperdício de recursos naturais. Na academia, há diversas denominações usadas: conhecimento local, conhecimento dos povos nativos, saber local, conhecimento tradicional africano, conhecimento ecológico tradicional, sistemas de manejo de recursos étnicos, sistemas de conhecimentos indígenas (caso brasileiro), dentre outros. Para os propósitos deste estudo, todos esses acrônimos têm, grosso modo, a mesma importância e significado. Porém, conforme Maria de Lurdes Sequeira (2006), afirma que a academia ainda tem por referência para construção do conhecimento a hegemonia Ocidental e o



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

etnocentrismo. De acordo com o PNUMA⁶, conhecimento tradicional pode ser definido como:

Um corpo de conhecimento construído por um grupo de pessoas através de sua vivência em contato próximo com a natureza por várias gerações. Ele inclui um sistema de classificação, um conjunto de observações empíricas sobre o ambiente local e um sistema de auto-manejo que governa o uso dos recursos (PNUMA, 2001, p.5).

Para compreender o saber tradicional e o estilo de vida dos Bijagós, é necessário, antes de tudo, compreender sua visão de mundo. Sendo assim, nota-se que o saber tradicional Bijagós, parte de uma visão de mundo holística, em que a natureza, as relações sociais e espirituais são vistas de modo interdependente e em consonância com Mendes (1946), que descreve a percepção holística dessas populações como segue: as tradições Bijagós, ensinam que tudo se distende de uma forma e fonte única, formando um arranjo sagrada de relações e inter-relações, de modo que tudo se acopla a tudo. O pulsar de uma estrela na noite é o mesmo do coração. Homens, árvores, serras, rios e mares é um corpo, com ações interdependentes. Esse conceito Bijagós, só pode ser compreendido através do coração, ou seja, da natureza interna de cada um de nós.

Os Bijagós, ao tratar o meio ambiente que os cercam com o mesmo respeito com que tratam seus próprios antepassados, com isso, o povo do arquipélago desenvolveram um sistema de saber mais integrado com o meio ambiente no qual o sagrado e o secular são inseparáveis. Desta forma, se pode afirmar que esses saberes e práticas de conservação do ambiente dependem não somente da relação entre o Bijagó e natureza, mas também da relação entre o mundo visível, invisível e espiritual. Embora de inerentemente multidisciplinar e for um resultado de paciente observação empírica e convívio com o meio natural, os saberes tradicionais, em seu aspecto holístico, é uma fundamentação racional para a prática das populações tradicionais Bijagós assentadas em ambientes naturais, pois é capaz de gerar uma ética de preservação para todos que seguem seus princípios. Em decorrência dessa visão de mundo, é importante salientar que o território dessas comunidades é muito mais que um simples espaço de reprodução econômica, mas também é espaço das relações sociais, das representações do imaginário mitológico e religioso que guiam o saber e o saber fazer dessas populações

⁶ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

sobre o meio físico em que habitam, ou seja, o espaço físico pode ser considerado como parte integrante dessas populações (MARETTI, 2001).

Segundo Lopes (1983), faz-se necessário ressaltar que essa codificação do conhecimento tradicional pela religião não é incontestada pelas populações com o passar do tempo, afinal as crenças tradicionais tiveram e têm um longo período para terem suas consequências testadas, avaliadas, compartilhadas e modificadas, conforme o caso, por sucessivas gerações. Ao analisar saberes, prática e os estilos de vida de diversas populações do arquipélago, para Scantamburlo (1991) chamou a simbiose de valores culturais e espirituais com o meio ambiente. A partir dessa interface é que se originariam as práticas sustentáveis dos Bijagós, condicionando os chamados “estilos de vida tradicionais”, que, remarcados pelo padrão dinâmico e sustentável de uso de recursos em seu território, poderiam ser expressas pelas populações tradicionais através dos seguintes valores: cooperação; laços familiares e comunicação entre gerações, incluindo os antepassados; preocupação com o bem-estar das gerações futuras; auto-suficiência em escala local e dependência dos recursos naturais disponíveis localmente; direitos às terras, territórios e recursos que tendem a ser coletivos, em vez de individuais e alienáveis; restrições na exploração de recursos e respeito à natureza, especialmente pelos lugares sagrados.

Além desses valores, pode-se acrescentar às demais características do saber tradicional Bijagós, a questão da oralidade, da sua transmissão, já que a grande maioria das populações não possui uma tradição escrita de repasse desse saber. Assim, levando em conta os aspectos relativos à visão cosmológica de mundo preponderante entre as populações tradicionais e os valores que dirigem seus estilos de vida, podem-se listar, resumidamente, as seguintes características da dinâmica do conhecimento tradicional: mantido e produzido coletivamente; transmitido oralmente de geração para geração; dinâmico; e o acesso e uso do conhecimento tradicional dessas populações são geralmente governados por uma ampla variedade de leis usuais não-escritas e comumente aceitas (KI-ZERBO, 1982).

CONSIDERAÇÕES FINAIS



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

O Arquipélago Bolama Bijagós, como é conhecido oficialmente, é um sítio de 88 ilhas, não só rico em biodiversidade e bem conservado, mas também privilegiado, pois a natureza oferece aos habitantes tudo que é necessário para o alimento e roupas sem exigir do Bijagó uma tecnologia ocidental, mas na base do saber civilizatório Bijagós, baseado no seu estilo de vida. Essas relações amistosas entre todos os Bijagós do Arquipélago têm permitido, ao longo de vários séculos e gerações, liberdade nas deslocamentos comerciais e casamento de uma ilha para outra entre os Bijagós até os dias atuais. Essa relação se dá na intensidade existente entre a sociodiversidade e a biodiversidade e também no âmbito dos saberes e práticas tradicionais, a partir dos espaços tidos como sagrados, dos recursos que estão associados à biodiversidade e à cultura Bijagós. A estrutura social Bijagós da tabanca (vila) é hierarquizada, mas a sua dimensão sociocultural e econômica dá a todos a oportunidade de se relacionarem de uma forma amigável, de superarem o medo da coação permitindo, assim, a todos, os mesmos privilégios das vantagens que o Arquipélago lhes oferece para satisfazerem as necessidades da vida cotidiana. Com isso, o sistema de níveis etários e iniciação permitem a organização, a gestão e a distribuição ordenada das forças que estão presentes na tabanca, impedindo a dispersão de energia. As práticas costumeiras de mitos, rituais, cerimônias religiosas, práticas medicinais e tantas outras formas de modo de ser do homem bijagó devem ser observadas e levadas em conta para uma melhor regulamentação do acesso aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade no arquipélago Bijagós. É necessário também a elaboração de um marco jurídico específico para a proteção da população do arquipélago contra o atual contexto de globalização, que ameaça os conhecimentos tradicionais Bijagós, um fonte de saberes e práticas milenar, por conta da pesquisa das empresas farmacêuticas. Os Bijagós possuem um vasto saber sobre a natureza e uma rica cultura que fora adquirida ao longo de várias gerações se tornou o “saber bijagó”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, M. Marques de. **Guiné Portuguesa ou Breve Notícia sobre Alguns dos Seus Usos, Costumes, Línguas e Origens de Seus Povos.** Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1882, p. 707-731.

BOUJU, S., CATRY, P. & CORDEIRO, J. 2001. **Les Aires Protégées de Guinée-Bissau:** Propositions pour une Stratégie Nationale, IUCN, Bissau. 2001.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

CARVALHO, N. Em defesa da biodiversidade – Ompi adota o termo biogrilagem para atos de apropriação do conhecimento tradicional. **Pesquisa Fapesp**, fev. 2003, p. 74-84.

CATRY, P. **Parque Nacional do Grupo de Ilhas de Orango MP**: Plan de Gestão. UICN-Bissau, Primeiro Draft, 2001.

DIEGUES, A. C. (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo, 2001. Disponível em: <www.mma.gov.br>. Acesso em: 24 nov. 2009.

IBAP, Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas. **Estratégia Nacional para as Áreas Protegidas e a Conservação da Biodiversidade na Guiné-Bissau - DRAFT**. Bissau, 2007, p.58.

_____. Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas. **Estratégia Nacional para as Áreas Protegidas e a Conservação da Biodiversidade na Guiné-Bissau**, 2009

KI-ZERBO Joseph, **Para quando a África**: Ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2006

_____. **História Geral da África**: I.metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática;Unesco, 1982.

KIPP, Eva. Guiné Bissau aspectos da vida de um povo. Ed. Inquérito 1994.

LOPES, C. **Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau**. Ed. Catez UNESCO 1983.

LIMA, Augusto J. Santos. **Organização Econômica e Social dos Bijagós**. Publicação Comemorativa do V Centenário da Descoberta da Guiné, 1947.

MARETTI, Cláudio C. Comunidade, Natureza e Espaço: Gestão territorial comunitária. Arquipélago dos Bijagós, África Ocidental. SP. Brasil,2001.

MENESES, M. P. Agentes do conhecimento? A consultoria e a produção de conhecimento em Moçambique. In: SANTOS, B. de S. (Org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004

MUNANGA, Kabengele; **Negritude Usos e Sentidos**, Ed Ática S.A. São Paulo 1986.

PNUMA, CBD/WG-ABS/1/3. Disponível em: <www.biodiv.org>. Acesso em: nov. 2007.

SANTOS, B. de Sousa. (ORG) **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SIQUEIRA, Maria de Lurdes. **Imagens Negras: ancestralidade, diversidade e educação**. Belo Horizonte:Ed.Mazza Edições, 2006.

STEWART. Julian. *Theory of culture change; the methodo-logy of multilineal evolution*. Urbana, University of Illinois Press, 1995

SCANTAMBURLO, Luigi. **Etnologia dos Bijagós da Ilha de Bubaque**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Bissau, 1991.

UICN. Scherl, L. M., A. Wilson, R. Wild, J.M. Blockhus, P. Franks, J.A. McNeely, T. McShane. **As Áreas Protegidas Podem Contribuir para a Redução da Pobreza? Oportunidades e limitações**. Disponível em PDF: www.iucn.org/dbtw-wpd/edocs/2004-047-Pt.pdf. 2006.Acesso em: 12 jan. 2010.

UICN. **La gestion des régions forestieres tropicales humides - Directives écologiques**. Deuxième édition. Poore D. & Sayer J..Gland,, Suisse & Cambridge, Royaume-Uni, 1993.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

VIERTLER, Renate Brigitte, **Ecologia Cultural**, Uma Antropologia da mudança. São Paulo, Ed. Ática, 1988.